



Câmara Municipal de Muniz Freire
Estado do Espírito Santo

RELATÓRIO DE GESTÃO

2018



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

SUMÁRIO

1 - APRESENTAÇÃO

2 - GESTÃO PÚBLICA

2.1 - INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

2.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.3 - EXECUÇÃO FINANCEIRA

2.4 - REGISTROS E SITUAÇÃO PATRIMONIAL

2.5 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

2.5.1 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO ENTE - VALORES RECOLHIDOS/PAGOS

2.5.2 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS SERVIDORES - VALORES RETIDOS x VALORES RECOLHIDOS/PAGOS

2.6 - DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

3 - SUBSÍDIO DOS VEREADORES

3.1 - FIXAÇÃO DO VALOR DO SUBSÍDIO

3.2 - REAJUSTE NO VALOR DO SUBSÍDIO

4 - LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

4.1 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

4.1.1 - Relatório de Gestão Fiscal

4.1.2 - Despesas com Pessoal

4.2 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL

4.2.1 - Remuneração de Vereadores

4.2.1.1 - Em relação ao limite de 5% das Receitas

4.2.1.2 - Em relação ao subsídio dos Deputados Estaduais

4.2.2 - Folha de Pagamentos

4.2.3 - Despesa Total

5 - CONCLUSÃO



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

1 - APRESENTAÇÃO

A Câmara Municipal de Muniz Freire tem como principal objetivo a elaboração de normas de direito de público de abrangência geral ou individual que são aplicadas a toda a sociedade.

Entre suas funções elementares está a de fiscalizar a aplicação das leis e o Poder Executivo, apreciar e votar leis e, em situações específicas, julgar determinadas autoridades tais como o Prefeito ou os próprios membros da Câmara Municipal.

Possui, para isto, autonomia no que se refere à administração de seus serviços, gestão de seus recursos e relações empregatícias.

Visando atender às normais legais cabíveis foi elaborado o Relatório de Gestão do Exercício de 2018 para apresentação aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que a Câmara Municipal de Muniz Freire está obrigada nos termos da legislação vigente.

Este Relatório busca detalhar os recursos que foram administrados pela Câmara Municipal, além de realizar-se uma avaliação sobre a situação atual e sugerir ações para os próximos Exercícios.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

2 - GESTÃO PÚBLICA

2.1 - INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

A Lei Municipal 2.526/2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - dispôs sobre a elaboração da lei orçamentária anual para o Exercício de 2018, definindo programas e estabelecendo diretrizes a serem observadas na execução orçamentária.

A elaboração da Proposta Orçamentária Anual é realizada a partir da consolidação das informações fornecidas pela Prefeitura Municipal de Muniz Freire através de seus balancetes da receita orçamentária referente ao Exercício que esteja em vigor e da projeção para o Exercício seguinte no qual a Proposta Orçamentária será efetivada, isso tudo levando-se em consideração os limites legais que devem ser obedecidos pela Câmara Municipal em consonância com a Constituição Federal, Lei Complementar 101 e demais normas vigentes.

Também serve de parâmetro as despesas realizadas pela Câmara Municipal no Exercício anterior e aquele referente à apresentação da proposta orçamentária, com adequação à realidade projetada para as despesas.

Elaborada a proposta a mesma foi remetida à Secretaria de Finanças do Município de Muniz Freire para análise e inserção no Projeto de Lei Orçamentária Anual, o que culminou com a Lei Orçamentária Anual - LOA.

Por conseguinte a Lei Municipal 2.534/2017 - Lei Orçamentária Anual - estimou a receita e fixou a despesa para o Exercício de 2018 em R\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais). Na citada Lei foi autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares por anulação de parcial ou total de dotações orçamentárias, limitados a 20% (vinte por cento) do total orçamento.

O orçamento do Poder Legislativo foi fixado em R\$ 2.470.000,00 (dois milhões, quatrocentos e setenta mil reais), ou seja, 3,98 (três vírgula noventa e oito por cento) do valor total do orçamento.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

2.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária da despesa da Câmara Municipal está evidenciada através dos seguintes quadros:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREVISÃO	EXECUÇÃO EM VALORES	EXECUÇÃO EM RELAÇÃO À DESPESA REALIZADA (%)	EXECUÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL REALIZADO (%)
0103100012.001	Manutenção das atividades do Legislativo	1.996.000,00	1.708.335,17	85,59	79,71
0103100012.002	Custeio da previdência social de servidores e agentes políticos	330.000,00	311.928,21	94,52	14,55
0103100012.003	Custeio de proventos a inativos	130.000,00	114.113,84	87,78	5,32
0103100013.001	Aquisição de móveis e equipamentos	14.000,00	8.887,00	63,48	0,42
	SUB-TOTAL	2.470.000,00	-x-	-x-	-x-
	Crédito Adicional Suplementar por anulação de dotação - Em favor da UG Prefeitura Municipal	(25.000,00)	-x-	-x-	-x-
	TOTAL	2.445.000,00	2.143.264,22	87,66	

No decorrer do Exercício houve a abertura de Crédito Adicional Suplementar, os quais estavam devidamente autorizados por lei (Lei Municipal 2.526/17 - Art. 19 - Parágrafo Único e Lei Municipal 2.534/17 - Art. 5º), mediante edição de Decreto do Poder Executivo (Decretos 7.692/17 e 7.746/17), conforme determina a Lei Federal 4.320/64 - Art. 42.

O Decreto 7.692/17 tratou de suplementação em favor da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 25.000,00 vinte e cinco mil reais). O Decreto 7.746/17 tratou de suplementação em favor da própria Câmara Municipal no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). As suplementações tiveram como origem a anulação parcial de dotação.

2.3 - EXECUÇÃO FINANCEIRA

Os demonstrativos contábeis do Ente evidenciam uma Disponibilidade Financeira de R\$ 205.053,96 (duzentos e cinco mil, cinquenta e três reais e noventa e seis centavos), tendo sido registrado o Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 16.307,30 (dezesesseis mil, trezentos e sete reais e trinta centavos).



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Também durante o Exercício a Câmara Municipal devolveu à Prefeitura Municipal o valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

Tanto a economia financeira quanto a devolução de saldo foram obtidos através de um planejamento e execução de plano de contenção de despesas, que envolveu todos os setores, Vereadores e servidores da Câmara Municipal.

2.4 - REGISTROS E SITUAÇÃO PATRIMONIAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

A situação patrimonial da Câmara Municipal no que se referente aos bens móveis e imóveis está devidamente registrada através das contas representativas do patrimônio público.

Após os devidos procedimentos de levantamento, avaliação e reavaliação dos bens patrimoniais realizado em Exercício passado, realizou-se procedimentos quanto à depreciação dos mesmos.

Todos os bens móveis da entidade estão devidamente registrados e identificados, bem como possuem o devido Termo de Responsabilidade, obedecendo aos princípios legais vigentes e aplicados aos mesmos.

A tabela a seguir apresenta os valores extraídos das demonstrações contábeis e dos inventários dos bens realizados em 31/12/18, demonstrando a situação patrimonial dos bens móveis e imóveis.

DESCRIÇÃO DA CONTA	VALOR
Bens Móveis	220.922,40
Bens Imóveis	1.561.827,03
TOTAL	1.782.749,43

2.5 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

No decorrer do Exercício a Câmara Municipal realizou a retenção da contribuição previdenciária dos servidores e daqueles referentes a serviços de terceiros - pessoa física, realizando o devido recolhimento ao Instituto Nacional de Seguridade Social, a quem está vinculado. De igual forma realizou os devidos cálculos da parte patronal sobre os valores correspondentes aos valores pagos e também os recolheu devidamente ao Instituto Nacional de Seguridade Social.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

2.5.1 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO ENTE - VALORES RECOLHIDOS/PAGOS

Com base nas peças que integram a Prestação de Contas Anual, especialmente os Demonstrativos das Despesas Liquidadas e Recolhidas de Contribuições Previdenciárias, dentre outras, no que se referente às contribuições previdenciária - parte do **Ente** - os valores devidos e recolhido/pagos.

Os valores dos recolhimentos no Exercício foram:

DESCRIÇÃO	MÊS REF.	EMPENHADO	LIQUIDADO	RECOLHIDO/PAGO	A RECOLHER
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Janeiro	24.001,18	24.001,18	24.001,18	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Fevereiro	26.286,18	26.286,18	26.286,18	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Março	30.351,75	30.351,75	30.351,75	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Abril	21.614,16	21.614,16	21.614,16	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Maio	21.474,12	21.474,12	21.474,12	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Junho	29.403,57	29.403,57	29.403,57	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Julho	26.618,91	26.618,91	26.618,91	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Agosto	17.694,39	17.694,39	17.694,39	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Setembro	26.821,35	26.821,35	26.821,35	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Outubro	25.691,36	25.691,36	25.691,36	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Novembro	25.432,30	25.432,30	25.432,30	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	Dezembro	30.517,01	30.517,01	30.517,01	0,00
Regime Geral da Previdência Social - INSS	13º	16.021,93	16.021,93	16.021,93	0,00
TOTAL		311.928,21	311.928,21	311.928,21	0,00

2.5.2 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS SEGURADOS - VALORES RECOLHIDOS/PAGOS

Com base nas peças que integram a Prestação de Contas Anual, especialmente os Demonstrativos das Despesas Liquidadas e Recolhidas - Contribuições Previdenciárias, dentre outras, no que se referente às contribuições previdenciárias - parte dos **Segurados** - os valores devidos e recolhido/pagos conforme demonstrado no quadro demonstrado abaixo.

Quanto aos valores referentes ao 13º vencimentos os mesmos também foram devidamente recolhidos/pagos durante o decorrer do Exercício. Ocorre que há legislação municipal dispondo acerca do pagamento do 13º vencimento aos servidores efetivos no mês do aniversário, enquanto servidores comissionados/contratados temporariamente são pagos no mês de dezembro. Desta forma o recolhimento da contribuição foi sendo realizada respectivamente em cada mês, conforme foram feitos os pagamentos correspondentes ao 13º vencimento. Desta forma o valor do recolhimento do 13º vencimento está incorporado ao valor de determinados meses no quadro abaixo.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

DESCRIÇÃO	MÊS REF.	RETIDO	EMPENHADO	LIQUIDADO	RECOLHIDO/PAGO	A RECOLHER
Regime Geral da Prev. Social	Janeiro	9.643,84	9.643,84	9.643,84	9.643,84	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Fevereiro	10.584,98	10.584,98	10.584,98	10.584,98	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Março	7.336,44	7.336,44	7.336,44	7.336,44	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Abril	7.611,22	7.611,22	7.611,22	7.611,22	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Maio	7.596,78	7.596,78	7.596,78	7.596,78	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Junho	11.896,52	11.896,52	11.896,52	11.896,52	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Julho	10.689,56	10.689,56	10.689,56	10.689,56	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Agosto	6.091,49	6.091,49	6.091,49	6.091,49	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Setembro	10.214,99	10.214,99	10.214,99	10.214,99	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Outubro	10.261,64	10.261,64	10.261,64	10.261,64	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Novembro	10.134,23	10.134,23	10.134,23	10.134,23	0,00
Regime Geral da Prev. Social	Dezembro	11.402,19	11.402,19	11.402,19	11.402,19	0,00
Regime Geral da Prev. Social	13º	5.320,51	5.320,51	5.320,51	5.320,51	0,00
		118.784,39	118.784,39	118.784,39	118.784,39	0,00

2.5.3 - DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Com base nas peças que integram a Prestação de Contas Anual, especialmente os Demonstrativos das Despesas Liquidadas e Recolhidas e Contribuições Previdenciárias, dentre outras, no que se referente às contribuições previdenciária - parte do Ente e parte dos Segurados, não há débitos previdenciários referentes ao Exercício em referência.

3 - SUBSÍDIO DOS VEREADORES

3.1 - FIXAÇÃO DO VALOR DO SUBSÍDIO

O valor do subsídio dos Vereadores para a legislatura 2017/2020 foi fixado através da Lei Municipal 2.415/15, de 01/07/15, ou seja, antes das eleições municipais, conforme determina a lei.

No ano de 2016, os vereadores daquela legislatura resolveram alterar o valor do subsídio fixado pela Lei 2.415/15, abaixando-os. Porém tal alteração feriu os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, uma vez que a alteração ocorreu após as eleições municipais e em um momento em que, dos 08 (oito) vereadores candidatos à eleição, somente um deles foi reeleito. Também a tramitação do Projeto feriu frontalmente diversos princípios regimentais da Casa.

Em 2017 os Vereadores decidiram revogar a Leis 2.415/15 e a que alterou o valor do subsídio após as eleições pois considerou-se que o valor fixado pela Lei 2.415/15 estavam muito acima da capacidade financeira da Câmara Municipal e do Município, o que geraria sérios prejuízos para a economia municipal, bem como a lei que alterou o valor do subsídio uma vez que



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

ela foi feita após as eleições municipais. Assim sendo para a legislatura 2017/2020 decidiu-se que o valor do subsídio seria aquele constante da lei que fixou o subsídio para a legislatura 2013/2016.

Tais fatos foram objeto de processo na Justiça. Em 2018 houve decisão judicial de que deveria prevalecer o valor do subsídio fixado para a legislatura anterior (2013/2016), uma vez que os vereadores não poderiam executar suas atividades sem que lhes fosse pago um razoável valor.

3.2 - REAJUSTE NO VALOR DO SUBSÍDIO

A Constituição Federal dispõe que o valor do subsídio dos Vereadores será fixado em uma legislatura para vigorar na subsequente e que durante a legislatura o valor dele não pode sofrer “aumento”, podendo sofrer, contudo, “revisão geral anual” (reposição inflacionária) na mesma data e proporção que for concedido aos servidores públicos.

Especificamente para os Vereadores da Câmara Municipal de Muniz Freire, a Lei Municipal 2.267/12 em seu Art. 3º - § 2º dispôs que no primeiro ano da legislatura (2017) o valor do subsídio não seria concedido. Tal norma foi instituída uma vez que, normalmente, ao fixar o valor do subsídio para a legislatura subsequente, este geralmente sofre aumento. Como os vereadores tomam posse no dia 1º/01, não seria moral que no curso do primeiro ano da legislatura e sem que houvesse se passado doze meses de sua posse, os vereadores sofressem reajuste no valor do subsídio. Assim sendo, somente a partir de janeiro do segundo ano da legislatura é que o subsídio poderia sofrer revisão.

Porém, no ano de 2018, segundo ano da legislatura, não houve reajuste no valor do subsídio, permanecendo o mesmo que foi determinado por decisão judicial conforme anteriormente mencionado.

4 - LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

4.1 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

4.1.1 - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Em atendimento a Lei Complementar Federal nº 101 a Câmara Municipal elabora e publica quadrimestralmente o Relatório de Gestão Fiscal - RGF - no que se refere a pessoal, sendo que no primeiro e segundo quadrimestres é obrigatória a demonstração tão somente do Demonstrativo da Despesa com Pessoal e no terceiro quadrimestre é obrigatória a demonstração



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

também referente à Disponibilidade de Caixa, dos Restos a Pagar e do Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.

Em cumprimento à legislação os relatórios foram todos devidamente publicados no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, bem como o foram, ainda, no Quadro de Avisos e Atos Oficiais e no site da Câmara Municipal.

4.1.1 - DESPESAS COM PESSOAL

A despesa com pessoal ativo e inativo no Exercício, considerando-se o valor com despesas subsídio de vereadores, cargos comissionados, cargos efetivos, contratados temporariamente, bem como as obrigações deles decorrentes, assim como inativos, foi de 3,81 (três vírgula oitenta e um cento) em relação à Receita Corrente Líquida, evidenciados conforme o quadro a seguir.

DESPESA COM PESSOAL	R\$
PESSOAL ATIVO	1.696.115,55
PESSOAL INATIVO	114.113,84
TOTAL	1.810.229,39

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	54.077.948,03
DESPESA COM PESSOAL	1.810.229,39
% DA DESPESA COM PESSOAL SOBRE A RCL	3,35
LIMITE MÁXIMO - 6%	3.244.676,88
LIMITE PRUDENCIAL - 5,7%	3.082.443,04
LIMITE DE ALERTA	2.920.025,50

4.2 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL

4.2.1 - REMUNERAÇÃO DE VEREADORES

4.2.1.2 - EM RELAÇÃO AO LIMITE DE 5% DAS RECEITAS

Dispõe a Constituição Federal em seu Art. 29 - VII - que o total a despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Diferentemente do caput do Art. 29-A que menciona que a base de cálculo para o limite da despesa total do Poder Legislativo Municipal será o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior, o Art. 29 - VII - cita tão somente o termo “receita”. Desta forma o cálculo realizado pela Câmara Municipal de Muniz Freire para o cumprimento deste limite tem por base a Receita Corrente Líquida.

Considerada a Receita Líquida e a despesa com o subsídio dos Vereadores observa-se que houve cumprimento deste dispositivo legal conforme demonstramos no quadro a seguir.

DESCRIÇÃO	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	54.077.948,03
DESPESA COM SUBSÍDIO DOS VEREADORES	468.881,53
% DE DESPESAS	0,87

4.2.1.2 - EM RELAÇÃO AO VALOR DO SUBSÍDIO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS

Dispõe a Constituição Federal em seu Art. 29 - VII - que o total a despesa com

Em relação ao valor do subsídio dos Deputados Estaduais o valor do subsídio dos Vereadores observou o limite estatuído na CF/88 conforme demonstramos no quadro a seguir, sendo necessário destacar que o valor do subsídio dos Deputados Estaduais sofreu alteração a partir do mês de fevereiro/15. Também o subsídio dos Vereadores do Município de Muniz Freire sofreu alteração durante o Exercício de 2017 em detrimento de recomposição de perda inflacionária.

Com relação ao reajuste no valor do subsídio dos Vereadores os mesmos ocorreram na mesma data e proporção concedida aos servidores municipais, conforme determina a legislação.

MÊS	SUBSÍDIO DEPUTADO ESTADUAL	LIMITE DEP. ESTAD. 30%	SUBSÍDIO VEREADOR	SUBSÍDIO PRESIDENTE
JANEIRO	25.322,25	6.012,70	4.390,00	6.000,00
FEVEREIRO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.000,00
MARÇO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.000,00
ABRIL	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.000,00
MAIO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.000,00



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

JUNHO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.000,00
JULHO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.000,00
AGOSTO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.000,00
SETEMBRO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.000,00
OUTUBRO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.000,00
NOVEMBRO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.000,00
DEZEMBRO	25.322,25	7.596,68	4.390,00	6.000,00

4.2.2 - FOLHA DE PAGAMENTOS

Para a Câmara Municipal o limite de gasto com folha de pagamento em relação ao repasse financeiro (duodécimo) recebido é de 70% (setenta por cento).

Conforme consta da apuração dos valores, no Exercício o total com tal despesa foi de 60,38% (sessenta vírgula trinta e oito por cento), ou seja, abaixo do percentual máximo legalmente estabelecido.

A despesa com folha de pagamento em relação ao repasse financeiro recebido é demonstrado através do quadro a seguir.

DESCRIÇÃO	VALOR
REPASSE FINANCEIRO (DUODÉCIMO)	2.292.557,02
DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTOS (EXCETO INATIVOS)	1.384.187,34
% DE DESPESAS COM FOLHA DE PAGAMENTOS (EXCETO INATIVOS)	60,38

4.2.3 - DESPESA TOTAL DO ENTE

O Art. 29-A da Constituição Federal dispõe sobre o total da despesa do Poder Legislativo Municipal. Dispõe ainda tal dispositivo que tal despesa inclui o valor com o subsídio dos vereadores e exclui o gasto com inativos.

Para a Câmara Municipal de Muniz Freire o total da despesa limita-se a 7% das receitas arrecadadas no Exercício anterior (Art. 29-A - I - 7% para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes).